

JBS Participações Societárias S.A.
Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do
auditor independente

31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

	Pág
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	2
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	6
Demonstrações dos resultados abrangentes para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	8
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	9
Nota 1 - Contexto operacional	10
Nota 2 - Base de elaboração e apresentação	10
Nota 3 - Caixa e equivalentes de caixa	14
Nota 4 - Dividendo a receber	14
Nota 5 - Investimentos em coligada	14
Nota 6 - Patrimônio líquido	15
Nota 7 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros	15



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

JBS Participações Societárias S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da JBS Participações Societárias S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JBS Participações Societárias S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do Grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0

Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.24	31.12.23
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3	1
Dividendos a receber	4	549.929	–
TOTAL DO CIRCULANTE		549.932	1
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos em coligada	5	11.102.344	10.747.876
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.102.344	10.747.876
TOTAL DO ATIVO		11.652.276	10.747.877
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
NÃO CIRCULANTE			
Débitos com empresas ligadas		11	–
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	6	1	1
Reservas de capital		9.314.702	10.408.075
Reservas de lucros		2.404.510	20.480
Outros resultados abrangentes		(66.948)	319.321
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.652.265	10.747.877
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.652.276	10.747.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA		-	-
Custo dos produtos vendidos		-	-
LUCRO BRUTO		-	-
DESPESAS		-	-
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTOS		-	-
Despesas financeiras líquidas		(8)	-
Resultado de equivalência patrimonial	5	2.384.038	20.480
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		2.384.030	20.480
Total de tributos sobre o lucro		-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.384.030	20.480
ATRIBUÍDO A:			
Participação dos controladores		2.384.030	20.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do período	2.384.030	20.480
Ajuste acumulado de conversão e variação cambial em controlada reflexos	(410.231)	321.301
Outros resultados abrangentes AAP - Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	23.962	(1.980)
Total dos outros resultados abrangentes	(386.269)	319.321
Resultados abrangentes	1.997.761	339.801
Resultado abrangente atribuível a:		
Participação dos controladores	1.997.761	339.801
	1.997.761	360.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2024
(Em milhares de reais)

		Reservas de capital		Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes			Total do patrimônio líquido
	Nota	Capital Social	Reservas de capital	Transação de capital	Estatutária para investimento	AAP	AAC	Lucros acumulados
31 DE DEZEMBRO DE 2022		-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	20.480
Ajuste acumulado de conversão e variação cambial em coligada reflexos		-	-	-	-	-	321.301	-
Outros resultados abrangentes AAP - Ajuste de Avaliação Patrimonial reflexo		-	-	-	-	(1.980)	-	-
Total de resultados abrangentes		-	-	-	-	(1.980)	321.301	20.480
Integralização de capital social	6	1	-	-	-	-	-	-
Capitalizações de ações		-	10.406.066	-	-	-	-	-
Transação de capital reflexa		-	-	2.009	-	-	-	-
Reserva estatutária para investimento		-	-	-	20.480	-	-	(20.480)
31 DE DEZEMBRO DE 2023		1	10.406.066	2.009	20.480	(1.980)	321.301	-
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	2.384.030
Ajuste acumulado de conversão e variação cambial em coligada reflexos	6	-	-	-	-	-	(410.231)	-
Outros resultados abrangentes AAP - Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	6	-	-	-	-	23.962	-	-
Total de resultados abrangentes		-	-	-	-	23.962	(410.231)	2.384.030
Resgate de ações	6	-	(1.099.858)	-	-	-	-	-
Transação de capital reflexa		-	-	6.485	-	-	-	-
Reserva estatutária para investimento	6	-	-	-	2.384.030	-	-	(2.384.030)
31 DE DEZEMBRO DE 2024		1	9.306.208	8.494	2.404.510	21.982	(88.930)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		2.384.030	20.480
Ajustes por:			
Resultado de equivalência patrimonial	5	(2.384.038)	(20.480)
Resultado financeiro líquido		8	-
		-	-
Caixa das atividades operacionais			
Juros pagos		(8)	-
Caixa líquido de juros das atividades operacionais		(8)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimento de dividendos	5	1.099.858	-
Caixa gerado pelas atividades de investimento		1.099.858	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Resgate de ações	6	(1.099.858)	-
Débito com empresas ligadas		10	-
Integralização de capital social		-	1
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(1.099.848)	1
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-
Variação líquida		2	1
Caixa e equivalentes de caixa inicial		1	-
Caixa e equivalentes de caixa final		3	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A JBS Participações S.A. é uma sociedade anônima, constituída em 26 de abril de 2022, domiciliada no Brasil, na cidade de São Paulo, é 100% controlada pela JBS B.V.. O controlador final é a J&F Investimentos S.A.

Na data de aprovação destas demonstrações contábeis, a Companhia, não possuía funcionários, e seus diretores não receberam qualquer remuneração. Portanto, a Companhia não concedeu qualquer remuneração ao pessoal chave da Administração durante os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 11 de abril de 2025.

1.1 Eventos subsequentes

Considerando que o principal ativo da Companhia é a JBS S.A., os principais eventos subsequentes dessa entidade, que poderiam impactar as demonstrações financeiras da JBS Participações S.A., são os seguintes:

Novas emissões de Notas Sêniores (Bonds): Em 6 de janeiro de 2025, a JBS S.A., por meio de suas subsidiárias indiretas JBS USA Holding Lux S.a.r.l, JBS USA Food Company e JBS USA Foods Group Holdings, Inc. (em conjunto, as "Emissoras"), anunciou a precificação de suas notas sêniores a serem ofertadas no mercado internacional no valor de US\$ 1,75 bilhão (equivalente a R\$ 10,83 bilhões). As emissões foram divididas em duas séries: US\$ 1,0 bilhão (R\$ 6,19 bilhões) com taxa de juros de 5,95% ao ano e vencimento em 2035, e US\$ 750 milhões (R\$ 4,64 bilhões) com taxa de 6,375% ao ano e vencimento em 2055. A conclusão da oferta ocorreu no dia 21 de janeiro de 2025. Adicionalmente, as Emissoras firmaram um contrato de direitos de registro, comprometendo-se a registrar uma oferta de troca junto à Comissão de Valores Imobiliários dos Estados Unidos, a SEC, e a concluí-la dentro de 365 dias. Os recursos captados foram utilizados para o pagamento de dívidas de curto prazo e outros fins corporativos.

Investimento na Mantiqueira Alimentos Ltda.: Em 27 de janeiro de 2025, a JBS S.A. firmou um acordo de investimento com a Mantiqueira Alimentos Ltda., para aquisição de 48,5% do capital social total e 50% das ações com direito a voto da JBS S.A.. A Mantiqueira Alimentos Ltda. é líder no segmento de ovos orgânicos, produzidos sem antibióticos ou hormônios e provenientes de galinhas criadas livres, contando com mais de 3 mil funcionários e uma produção anual de aproximadamente 4 bilhões de ovos. A transação marca a entrada da JBS S.A. no setor de ovos, alinhada à sua estratégia de diversificação e expansão da plataforma global de proteínas. Em 26 de fevereiro de 2025, a aquisição foi aprovada sem restrições pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). A operação foi fechada em 01 de abril de 2025.

Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA): Em 28 de janeiro de 2025, foi realizada uma oferta de três séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) emitidos pela subsidiária indireta da JBS S.A., Seara Alimentos Ltda., garantidos pela própria JBS S.A., com vencimentos previstos para 2035, 2045 e 2055, totalizando um montante principal de R\$ 805 milhões. A conclusão da oferta ocorreu em 6 de março de 2025. Os recursos captados serão utilizados para o financiamento da compra de grãos.

Mudança na estrutura da JBS S/A: Em 13 de fevereiro de 2025, a JBS S.A. anunciou que Gilberto Xandó, Presidente da JBS Brasil, assumiu o cargo de Presidente da Wild Fork North America, subsidiária indireta da JBS Investments Luxemburgo. A Wild Fork tem mais de 700 produtos em suas lojas físicas e online, além de proteínas, oferece ainda acompanhamentos, pratos prontos, vegetais, pães, sobremesas, temperos e molhos. Gilberto Tomazoni passou a acumular a presidência da JBS Brasil.

Resgate Parcial Condicional das Notas Seniores de 5,500% da JBS USA com vencimento em 2030: Em 21 de março de 2025, a JBS USA Food Company, subsidiária da JBS S.A., fez um anúncio condicional para resgatar o valor agregado principal de US\$ 850,0 milhões de suas Notas Seniores de 5,500% com vencimento em 2030 ("Notes 2030"). O resgate está condicionado ao recebimento do dividendo especial em dinheiro no valor de US\$ 6,30 por ação anunciado pela PPC em março de 2025 a seus acionistas, com pagamento previsto para ocorrer por volta de 17 de abril de 2025. A data de liquidação está programada para ocorrer em 1 de maio de 2025, sujeito ao cumprimento do pagamento do dividendo em dinheiro pela PPC. O preço de resgate das Notes 2030 será equivalente a 102,750% do seu respectivo valor de face a serem resgatadas, acrescido de juros acumulados e não pagos, se houver.

Proposta de Pagamento de Dividendos: Em 25 de março de 2025, o Conselho de Administração da JBS S.A. aprovou a proposta de distribuição de dividendos provenientes do saldo de reserva de lucro do exercício de 2024, no valor de R\$ 4,4 bilhões, correspondendo a R\$ 2,00 por ação ordinária. O pagamento dos dividendos está sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da JBS S.A., prevista para ocorrer em 29 de abril de 2025.

2 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Estas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

2.2 Julgamentos e estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis exige que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela Administração.

Não há julgamentos aplicados na adoção das políticas contábeis nestas demonstrações contábeis. A prática contábil relevante para a JBS Participações Societárias S.A.:

i. Investimentos

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle.

As demonstrações contábeis de suas coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Considerando que o principal ativo da Companhia é a JBS S.A., as principais políticas contábeis dessa entidade, que poderiam impactar as demonstrações financeiras da JBS Participações S.A., são as seguintes:

ii. Registro de estoques

Os estoques da JBS S.A., são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. No caso dos produtos acabados e dos produtos em processo, o custo inclui uma parte dos custos gerais de produção com base na capacidade operacional normal, como matéria prima, mão de obra, etc.

iii. Mensuração do valor justo dos ativos biológicos

Os animais vivos são representados por bovinos, aves, suínos e peixes segregados em consumíveis e animais para produção. Os animais para abate são destinados para produção de carne in natura e/ou produtos elaborados e processados e enquanto não atingem o peso adequado para abate são classificados como imaturos. Os processos de abate e produção ocorrem de forma sequencial em um curtíssimo intervalo de tempo e, como consequência, apenas os animais vivos transferidos para abate nos frigoríficos são classificados como maduros. Os animais para reprodução (matrizes) são aqueles que têm a função de produzir outros ativos biológicos. Até que os animais atinjam a idade reprodutiva são classificados como imaturos e quando estão aptos a iniciar o ciclo de processo reprodutivo são classificados como maduros.

A JBS S.A., e suas subsidiárias determinaram que o método de custo é a técnica de avaliação mais apropriada para o cálculo do valor justo de seus animais vivos, principalmente por conta do curto período de vida dos ativos biológicos, bem como o preço que seria recebido pela venda em um mercado ativo baseado no custo para produzir um animal em mesmo grau de maturidade no seu ciclo de vida. No caso de animais mantidos para produção, esse custo é amortizado ao longo do tempo levando em conta a redução em valor ao longo de sua vida útil.

A mensuração do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3 da hierarquia de mensuração ao valor justo de acordo com o IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo devido a preços de mercado complexos, modelos matemáticos e premissas subjetivas utilizados nos modelos de fluxo de caixa descontado. Estes ativos possuem dados não observáveis, como peso, preço de insumos para ração, custo de armazenagem, medicamentos, taxa de desconto, idade da madeira, entre outros. O valor justo para animais vivos pode mudar devido ao aumento ou diminuição nos custos de alimentação, custos de armazenamento e custos de produtores integrados; para florestas, a mudança pode ocorrer devido ao aumento ou diminuição da taxa de desconto, preço da madeira ou idade.

Reconhecimento e realização de impostos diferidos ativos

Impostos correntes

A JBS S.A., e suas subsidiárias localizadas no Brasil e no exterior são tributadas conforme a legislação fiscal vigente em cada país. A JBS S.A. analisa os resultados de cada subsidiária para a aplicação de sua legislação de imposto de renda, a fim de respeitar os tratados firmados pelo Brasil e evitar a bitributação. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados sobre o lucro tributável do exercício e eventuais ajustes de anos anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é registrado com base na melhor estimativa levando-se em conta as incertezas relacionadas ao cálculo de tais tributos. A alíquota efetiva é calculada com base na legislação fiscal vigente de cada período e em cada país onde a JBS S.A., opera. A Administração avalia periodicamente seu posicionamento frente às questões tributárias sujeitas a interpretações diversas e reconhece, quando necessário, provisão para eventual pagamento de imposto de renda e contribuição social.

Em cumprimento à interpretação IFRIC 23, a Administração analisou as decisões tributárias relevantes e se conflitam de alguma forma com as posições adotadas pela JBS S.A.. Em relação ao conhecido posições fiscais incertas, a administração revisou as respectivas opiniões legais e jurisprudência e reconheceu uma provisão para tais assuntos.

Periodicamente, a JBS S.A. avalia as posições fiscais assumidas em que existem incertezas sobre o tratamento tributário adotado e, se necessário e aplicável, constitui provisão

Impostos diferidos

O ativo ou passivo fiscal da JBS S.A., pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal se as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Na JBS S.A., os cálculos de impostos referem-se a incertezas fiscais conhecidas devido a julgamentos utilizados para calcular passivos fiscais na aplicação de regulamentos tributários complexos, que estão em constante evolução nas jurisdições fiscais onde o Grupo opera. Os impostos diferidos somente serão reconhecidos caso seja provável que futuramente exista base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos compensados, com base em projeções de resultados tributáveis bem como estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da JBS S.A., e de suas controladas, quando aplicável.

Alterações em leis e alíquotas tributárias podem afetar os ativos e passivos fiscais diferidos registrados no futuro. A Administração não acredita que haja uma probabilidade razoável de que haverá uma alteração material nos saldos reconhecidos, porém, no encerramento do exercício fiscal, a apuração pode resultar em um pagamento que seja significativamente diferente da estimativa atual dos passivos fiscais ou uma mudança na alíquota efetiva nas demonstrações contábeis, devido à complexidade destas incertezas fiscais. Um acordo legal desfavorável à JBS S.A., exigiria uma saída de caixa e poderia resultar em aumento na alíquota efetiva na apuração; um acordo legal favorável pode resultar em uma redução da alíquota efetiva na apuração.

Os impostos diferidos são constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ativas e passivas sobre a base fiscal versus contábil. Os impostos diferidos não são reconhecidos quando oriundos de ajustes ativos e/ou passivos que não afetam as bases tributárias, com exceção dos ajustes de combinação de negócios. Os impostos diferidos são determinados utilizando as alíquotas (e leis) efetivas ou substancialmente efetivas no encerramento do período corrente e espera-se que sejam aplicados quando imposto diferido ativo seja realizado ou o imposto diferido passivo seja liquidado.

As despesas de impostos diferidos sobre amortização do ágio são registradas somente no momento em que houver amortização fiscal do ágio na apuração.

Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável do exercício. A utilização de prejuízos fiscais em outras jurisdições expira entre 10 e 20 anos.

iv. Impairment de ativos financeiros

As contas a receber de clientes da JBS S.A., correspondem aos valores em aberto dos clientes no curso normal dos negócios. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, menos a eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. O contas a receber de clientes no mercado externo está atualizado com base nas taxas de câmbio vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis.

v. Principais premissas utilizadas no teste de recuperabilidade do ágio, ativo imobilizado e ativos intangíveis

Ágio

O ágio é um ativo que possui vida útil indefinida e deve ser testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por valor recuperável é registrada de imediato como perda na demonstração dos resultados da JBS S.A., e não é suscetível de reversão posterior.

Ativo imobilizado

A JBS S.A., testa a recuperabilidade dos seus ativos sempre que eventos ou mudanças significativas indiquem que o valor contábil deste ativo pode não ser recuperável. Quando os fluxos de caixa futuros não descontados estimam ser insuficientes para recuperar o valor contábil do ativo, a JBS S.A., compara o valor dos fluxos de caixa futuros do ativo, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto ajustada ao risco e ao valor atual e reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável do ativo.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da JBS S.A., que possuem vida útil definida são amortizados considerando o método de amortização linear ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis que são amortizados são testados a impairment quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil não é recuperável. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos custos de alienação de um ativo e seu valor em uso. O valor contábil de ativos intangíveis com vida útil indefinida, que se referem a marcas e patentes e direitos de exploração do uso da água, tem o seu valor recuperável testado anualmente ou quando ocorrem eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem perda no valor recuperável desses ativos. Se existir perda de valor recuperável ela é reconhecida contra o valor contábil do ativo.

vi. Principais premissas utilizadas na elaboração das estimativas de riscos processuais

A preparação das demonstrações contábeis da JBS S.A., requer que a Administração utilize de estimativas e premissas referentes às suas contingências, que afetam o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de natureza fiscal na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração se utilize de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. A JBS S.A., e suas subsidiárias estão sujeitas a processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciário entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Nenhuma provisão é registrada se o passivo é avaliado como possível, mas não provável. Perdas materiais avaliadas como possíveis são demonstradas em notas explicativas das demonstrações contábeis. Caso a perda seja avaliada como remota, nenhuma provisão é registrada e a divulgação da mesma não é requerida.

vii. Receita líquida

A grande maioria da receita da JBS S.A., é derivada de contratos baseados em clientes que solicitam seus produtos. As receitas são reconhecidas quando há um contrato com o cliente, o preço da transação é mensurável de forma confiável e quando o controle sobre os produtos vendidos é transferido para o cliente. A JBS S.A., reconhece um contrato, que pode ser verbal ou escrito, quando é aprovado e firmado por ambas as partes, os direitos das partes são identificados com as condições de pagamento, o contrato tem substância comercial e a exigibilidade é provável. Embora possa haver acordos básicos, o contrato só é elaborado quando o pedido do cliente é aceito pela JBS S.A..

A JBS S.A., avalia a transação por obrigações de desempenho distintas, que são a venda de seus produtos aos clientes. Cada obrigação de desempenho é reconhecida refletindo o momento da transferência de controle para o cliente, que é usualmente no destino (localização do cliente ou porto de destino) e representa fielmente a transferência de controle e o reconhecimento da receita. Nos casos em que os clientes retiram os produtos nas instalações da JBS S.A., o controle é transferido para o cliente naquele momento e, consequentemente, a JBS S.A., reconhece a receita. As obrigações de desempenho são normalmente cumpridas dentro de dias ou semanas após o aceite do pedido.

A mensurabilidade do preço da transação pode ser afetada pela contraprestação variável, ou seja, descontos, abatimentos, incentivos e o direito do cliente de devolver produtos. Parte ou todo o valor estimado da contraprestação variável está incluso no preço da transação, mas apenas quando seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita reconhecida quando a incerteza associada à contraprestação variável for subsequentemente resolvida. Isso geralmente ocorre na expedição ou na entrega dos produtos. Isso varia de cliente para cliente de acordo com as condições de venda. No entanto, devido à natureza do negócio, há uma contraprestação variável mínima.

As atividades de remessa e manuseio são realizadas antes que o cliente obtenha o controle das mercadorias e sua obrigação seja cumprida mediante a transferência das mercadorias. Os custos de envio e manuseio são registrados sob a rubrica "Custo dos produtos vendidos". A JBS S.A., pode incorrer em custos incrementais para obter ou cumprir um contrato, como despesas com representantes, que não se espera que sejam recuperados. O prazo de amortização dessas despesas é inferior a um ano, portanto os custos são reconhecidos como despesas conforme incorridos e incluídos nas deduções das vendas.

viii. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Instrumentos financeiros

A JBS S.A., e suas subsidiárias reconhecem seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequentemente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. As compras ou vendas de ativos ou passivos financeiros são reconhecidas na data de transação.

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação destes ativos depende inicialmente das características contratuais de seus fluxos de caixa e do modelo de negócio adotado para gestão dos mesmos:

1. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. Nesta categoria a JBS S.A., classifica, principalmente, "CDBs e títulos públicos" e "Instrumentos financeiros derivativos".

2. Custo amortizado: Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da JBS S.A. é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que constituam exclusivamente recebimentos e pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a JBS S.A. classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes", "Caixa e equivalentes de caixa", "Fornecedores" e "Empréstimos e financiamentos".

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Gestão de riscos

Em sua rotina operacional, a JBS S.A., e suas subsidiárias geram exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas de maneira integrada pela Diretoria de Controle de Riscos (Risk Management), seguindo diretrizes traçadas na Política interna de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities definida pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas diversas áreas da JBS S.A., e também por propor estratégias para mitigar estas exposições. Suas propostas são submetidas à avaliação da Comissão de Gestão de Riscos para posterior envio ao Conselho de Administração, que supervisiona a implementação das novas soluções, observando limitações de alçada e as diretrizes da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities.

Risco de taxa de juros:

O risco de taxa de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a JBS S.A., e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A JBS S.A. possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), SOFR (Secured Overnight Financing Rate), entre outros. A Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a Diretoria de Controle de Riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da JBS S.A.

Risco de variação cambial:

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a JBS S.A., pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A JBS S.A. possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

Com o objetivo de proteger o valor de ativos e passivos financeiros, possíveis fluxos de caixa futuros relativos às estimativas de exportação e investimentos líquidos em operações no exterior, indexados em moedas estrangeiras, a Diretoria de Controle de Riscos emprega instrumentos de proteção aprovados pelo Conselho de Administração, como contratos futuros, NDFs (Non-Deliverable Forwards), DFs (Deliverable Forwards), contratos de opicionalidade e contratos de troca de indexador (Swaps), visando a proteção de empréstimos, investimentos, despesas e receitas com juros, estimativas de exportação, custos de matéria prima e fluxos diversos sempre que estes estejam denominados em moeda diferente da moeda funcional da Controladora. As principais exposições a este risco são indexadas ao Dólar Norte-Americano (US\$), Euro (€), Libra Esterlina (£) e Peso Mexicano (MXN) e Dólar Australiano (AU\$).

Risco de preços de commodities:

A JBS S.A., atua globalmente em diversos ramos do agronegócio (toda a cadeia de proteína animal, biodiesel, entre outros), e no curso normal de suas operações está exposta a variações de preços de commodities diversas, como boi gordo, boi magro, porco, milho, complexo de soja e energia, principalmente nos mercados norte americano, australiano e

brasileiro. Os mercados de commodities têm como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos diversos como clima, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias, custos de armazenamento, entre outros. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear as exposições a preços de commodities da JBS S.A., e propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias para mitigar tais exposições. Os ativos biológicos são matérias primas relevantes no contexto operacional, e para manter o abastecimento futuro, a JBS S.A. contrata contratos a termo com fornecedores, utilizando instrumentos derivativos para mitigar cada exposição, principalmente contratos futuros, como por exemplo para mitigar o impacto das flutuações de preços - em estoques e contratos de venda. A JBS S.A., considera o valor médio histórico gasto com materiais como indicativo do valor operacional a ser protegido de contratos firmes.

Risco de crédito:

A JBS S.A., está potencialmente sujeita a riscos de créditos relacionados às suas contas a receber de clientes, aplicações financeiras e contratos de proteção. Para o caso das operações financeiras que têm como contraparte instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), a JBS S.A., emprega limites de exposição definidos pela Comissão de Gestão de Riscos, baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

A JBS S.A., considera que um ativo financeiro está inadimplente quando:

- é improvável que o devedor pague integralmente suas obrigações a JBS S.A. e não há chance de regresso; ou
- as perdas são esperadas com base no histórico operacional e crédito do cliente.

Risco de liquidez:

O risco de liquidez decorre da gestão do capital de giro da JBS S.A., e suas subsidiárias, onde as obrigações de pagamento do principal juros dos financiamentos, são classificadas como instrumentos de dívida. O risco de liquidez é o risco da JBS S.A., de não ter a liquidez disponível para cumprir com suas obrigações financeiras no vencimento.

A administração da JBS S.A., gerencia o risco de liquidez através da alavancagem global e monitoramento da dívida líquida. Este índice compara a dívida líquida da JBS S.A. (total de empréstimos e financiamentos menos o total de caixa e equivalentes de caixa) dividido ao "EBITDA Ajustado" dos últimos 12 meses. A estratégia de gestão do capital de giro inclui a manutenção da sua alavancagem, a fim de garantir que a JBS S.A. possa cumprir as suas obrigações financeiras e, ao mesmo tempo, alcançar eficiência no seu custo de financiamento.

Riscos ligados às alterações climáticas e à estratégia de sustentabilidade:

Nas operações da JBS S.A., existem exposições inerentes aos riscos relacionados às mudanças climáticas. Determinados ativos da JBS S.A., principalmente ativos biológicos que são mensurados por seus valores justos, podem ser afetados por alterações climáticas e esses impactos são considerados no processo de preparação destas demonstrações contábeis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração da JBS S.A., considerou os dados e premissas destacados abaixo como principais riscos:

1. possíveis impactos na determinação do valor justo dos ativos biológicos devido aos efeitos das mudanças climáticas, como aumento de temperatura, escassez de recursos hídricos, podem impactar algumas premissas utilizadas nas estimativas contábeis realizadas para mensuração dos ativos biológicos da JBS S.A., como:
 - morte de ativos biológicos devido a ondas de calor e secas que ocorrem com maior frequência e intensidade;
 - redução na curva de crescimento esperada dos ativos biológicos devido a desastres naturais, incêndios, pandemias ou mudanças nos padrões de chuva; e
 - interrupção na cadeia de produção devido a eventos climáticos adversos, causando falta de energia, escassez de combustível, interrupção dos canais de transporte, entre outras coisas.

Mudanças estruturais e seus impactos nos negócios, tais como:

- aspectos regulatórios e legais: regulamentação e legislação decorrente de autoridades brasileiras e/ou internacionais que incentivam a transição para uma economia de baixa emissão de carbono e/ou com maior biodiversidade e que aumentam o risco de processos legais e/ou restrições comerciais relacionadas à suposta contribuição, ainda que indireta, para a intensificação das mudanças climáticas;
- aspectos reputacionais: relacionado às percepções dos clientes e da sociedade em geral sobre a contribuição positiva ou negativa da JBS S.A., para uma economia de baixa emissão de carbono.

2.3 Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável ao CPC que foram e serão adotados pela Empresa

a. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia

IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis

As alterações emitidas em 2020 e 2023 visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em/ou após 1 de janeiro de 2024. A Companhia acompanhou as alterações e não identificou impactos em decorrência dessa alteração.

b. Novos pronunciamentos contábeis e interpretações que ainda serão adotados pela Companhia

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

A partir de 1 de janeiro de 2027, O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais;

- As Companhias são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas serão fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, e irá adequar a divulgação de acordo com o requerimento da norma nas demonstrações contábeis anuais no período de sua exigibilidade.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa: Abrangem valores em espécie e saldos bancários depositado em um banco cuja credit rating conforme S&P em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi Ba1, desta forma se mantendo estável.

	31.12.24	31.12.23
Caixa e bancos	3	1
	3	1

4 Dividendos a receber

Em conformidade com a decisão da JBS S/A, datada de 13 de novembro de 2024, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários, totalizando R\$2,22 bilhões, correspondendo a R\$1,00 por ação ordinária. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 15 de janeiro de 2025.

A JBS Participações Societárias S.A., detentora de 24,79% das ações da JBS S/A, receberá, portanto, o valor de R\$549.929, que está registrado como dividendos a receber.

5 Investimento em coligada

O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Coligada é aquela na qual a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle.

A JBS Participações Societárias S.A., é uma sociedade anônima constituída no Brasil. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o principal ativo da Companhia é uma participação de 24,79% no capital social total e votante da JBS S.A., uma companhia aberta cujas ações ordinárias são admitidas à negociação no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
JBS S.A.	24,79 %	81.793.462	23.576.206	44.780.867	63.367.034	9.615.923

Movimentação dos investimentos da Controladora:

	Saldo em 31.12.23	Distribuição de lucros ⁽¹⁾	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.24
			No patrimônio líquido	No resultado do exercício	
JBS S.A.	10.747.877	(1.649.788)	(379.783)	2.384.038	11.102.344
Total	10.747.877	(1.649.788)	(379.783)	2.384.038	11.102.344

	Saldo em 31.12.22	Adição	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.23
			No patrimônio líquido	No resultado do exercício	
JBS S.A.	–	10.406.067	321.330	20.480	10.747.877
Total	–	10.406.067	321.330	20.480	10.747.877

⁽¹⁾ Em 13 de agosto de 2024, a JBS S.A. aprovou a distribuição de R\$4,44 bilhões de dividendos intermediários, correspondendo a R\$2,00 por ação, dos quais a JBS Participações S.A. recebeu R\$1.099.859, pagos em 7 de outubro de 2024. Em 13 de novembro de 2024, foram aprovados mais R\$2,22 bilhões em dividendos, a R\$1,00 por ação, com a JBS Participações S.A. recebendo R\$549.929, pagos em 15 de janeiro de 2025.

6 Patrimônio líquido

- a. **Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era de R\$1 representado em 31 de dezembro de 2024 por 1.014.030.274 ações, sendo 1.000 ações ordinárias e 1.014.029.274 ações preferenciais (1.000 ações ordinárias e 1.083.129.898 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente Integralizadas.
- Em 18 de dezembro de 2023, a Companhia aprovou o aumento de capital em R\$ 1,00 (um real) mediante a emissão de 1.083.129.898 ações preferencias ao preço total de emissão de R\$20.495.598.
 - Em 27 de dezembro de 2023, a J&F Investimentos S.A. e o Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Formosa (FIP) realizaram uma integralização de capital na JBS Participações Societárias S.A., de 549.928.839 ações da JBS S.A. no valor de R\$ 18,92256774 por ação totalizando o valor de R\$ 10.406.066. Essa integralização foi registrada em conta de reserva de capital no patrimônio líquido. O saldo remanescente de 533.201.059 ações a integralizar, no valor de 10.089.533 em contrapartida de obrigações com sócios, será concretizado mediante a integralização de ações a ser registrada em conta de reserva de capital.
 - Em 18 de Outubro de 2024 a Companhia, resgatou 58.124.124 ações preferenciais (PN) a R\$ 18,92256774 por ação, conforme o Estatuto Social e a Lei das S.A. Em contrapartida ao resgate de ações a companhia pagou em 7 de outubro de 2024 o valor de R\$ 1.099.857, creditado à reserva de capital. Ainda nessa data a Companhia, aprovou o cancelamento de 10.976.500 ações preferencias (PN) não integralizadas, mediante solicitação do acionista controlador.
- b. **Outros resultados abrangentes:** A transação reflexa refere-se ao investimento na JBS S.A., que é composto pelo resultado em hedge de fluxo de caixa, ganhos ou perdas em planos de pensão e outros benefícios a empregados, além das variações cambiais em investimentos líquidos e em controladas.
- c. **Reserva estatutária para investimento:** Constituída á base do saldo do lucro líquido após a destinação para a reserva legal, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais, absorção de prejuízos, e recompra de ações próprias (para permanência em tesouraria ou cancelamento) não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.
- d. **Dividendos:** A companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembléia-geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia conforme Lei das S.A..

7 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

A JBS Participações Societárias S.A., é uma Companhia cuja principal atividade consiste no investimento substancial na JBS S.A. Por essa razão, o gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros da Companhia são diretamente impactados pelas operações da JBS S.A., e a administração desses riscos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle adotada consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.